

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Lula Marques/ Agência Brasil



Hugo Motta sinaliza apoio ao semipresidencialismo

PEC do semipresidencialismo já tem apoio para tramitar

Em apenas quatro dias, a PEC do semipresidencialismo obteve as assinaturas mínimas para começar a tramitar. Precisava do apoio de, no mínimo, 171 deputados. Tinha na manhã desta quarta-feira (5) 178 assinaturas de apoio. E um de seus autores, Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR) pedia novas adesões. A PEC é proposta por ele e pelo deputado Lafayette de Andrada

(Republicanos-MG), filho do ex-deputado Bonifácio de Andrada, que foi o autor do projeto original há mais de vinte anos. A PEC foi apresentada pelos dois no sábado, quando o Congresso se reuniu para eleger seus novos comandantes. E a adesão acelerou especialmente depois que o novo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), sinalizou apoio a ela.

Congresso forte

Seu antecessor, Arthur Lira (PP-AL), também já sinalizava esse apoio. É reflexo de um tempo de Congresso forte e governo fraco. A PEC propõe uma divisão: o presidente da República vira somente chefe de Estado, e um primeiro-ministro assume de fato o governo.

Embate

O início dessa discussão começa a mostrar que o ano não será exatamente um refresco para Lula. Se Lula recuperar sua popularidade, a ideia do semipresidencialismo pode acabar arquivada. Mas se seguir na atual escalada de perda de protagonismo, ela pode avançar.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Reflexo de Congresso forte e governo fraco

Um ano decisivo para os futuros de Lula e Bolsonaro

Os primeiros ensaios do embate político nesta primeira semana de Congresso Nacional mostram como 2025 tende a ser um ano decisivo para os futuros tanto de Lula quanto do seu principal antagonista, o ex-presidente Jair Bolsonaro. A oposição aposta em avançar com a ideia de anistia aos condenados pelo 8

de janeiro. Que, no fundo, tende a ser uma anistia a Bolsonaro. Já o governo e a esquerda trabalham para barrar de todas as formas o avanço dessa anistia. Diante disso, a oposição já encontrou um caminho alternativo, com a modificação do tempo de inelegibilidade da Lei da Ficha Limpa, de oito para dois anos.

Sinalização

Com uma sinalização de Hugo Motta no sentido de que oito anos talvez fosse mesmo um tempo muito longo. No fundo, porém, a manutenção das esperanças de Bolsonaro de voltar ao páreo não é uma má notícia para os planos de Lula em 2026, porque paralisa a direita.

No limite

A pesquisa da Quaest mostra Lula no limite da rejeição. Segundo ela, 49% dos entrevistados não votariam no presidente. Se a direita, talvez, conseguisse se aglutinar em uma só alternativa, talvez tivesse chances de vencer Lula. Está, porém, dividida.

Embola

Enquanto Bolsonaro imagina que pode voltar ao jogo, a opção à direita fica embolada. A pesquisa Quaest divulgada na segunda-feira (3) é cristalina nesse sentido. Pelo campo da esquerda, Lula é o único nome. Pelo campo da direita, há vários possíveis candidatos.

Alternativa

É o que faz alguns apontarem que talvez a situação possa gerar uma alternativa de poder fora da polarização. No fundo, é nisso que aposta o presidente do PSD, Gilberto Kassab. Mas esse caminho poderia não se dar na eleição de um presidente, mas de um primeiro-ministro.

Haddad entrega a Hugo Motta agenda econômica

Lista aponta 25 projetos, como a ampliação da isenção do IR

Lula Marques/ Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

O novo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), se reuniu nesta quarta-feira (5) com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para definir as prioridades do governo federal na sua relação com o poder Legislativo. Na primeira reunião do ano, o ministro da Fazenda apresentou uma lista com 25 projetos prioritários da equipe econômica.

Das 25 medidas, 15 dependem do poder Legislativo, oito projetos estão em tramitação e sete ainda serão encaminhados para o Congresso nas próximas semanas pelo governo. A expectativa é votar os projetos, especialmente os que dependem do Congresso, já no próximo biênio.

Dentre as medidas, estão: o fortalecimento do arcabouço fiscal, a implementação e regulamentação da reforma tributária, limitação dos supersalários, aprimoramento da Lei das Falências (Lei 11.101/2005), reforma da previdência dos militares, regulamentação econômica das Big Techs, o Plano Safra 2025, o Marco legal da inteligência artificial e política de atração de datacenter, a reforma tributária sobre a renda com isenção de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para pessoas que ganham até R\$ 5 mil, dentre outras.

Ambiente

“Quando você incide para melhorar o ambiente de negócios e as relações contratuais, você melhora muito as possibi-



Haddad entregou a Motta lista com prioridades do governo

lidades de crescimento da economia. Nunca vai haver uma bala de prata. Mesmo a reforma tributária, ela tem a repercussão no PIB [Produto Interno Bruto] mas diluída no tempo. Então, é de tijolinho por tijolinho que nós vamos construir uma economia mais robusta”, disse Fernando Haddad em coletiva de imprensa após a reunião com Motta.

Quanto à reforma tributária, o Executivo pode enfrentar novos problemas com o Legislativo. Isso porque os congressistas apresentam resistência ao veto presidencial sobre a isenção de Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) e Fundos de Investimento Imobiliários (FIIs). A expectativa da derrubada do veto veio do

próprio Hugo Motta. As informações são do Congresso em Foco. O Ministério da Fazenda estuda mandar uma nova proposta como alternativa para a medida.

Isenção IR

Questionado pela imprensa sobre uma previsão de quando o governo entregará o projeto de lei que amplia a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, Haddad disse que aguarda autorização do Palácio do Planalto.

Segundo o Ministério da Fazenda, o projeto – que compõe o pacote de corte de gastos e também é promessa de campanha do presidente Lula – visa “corrigir assimetrias no IRPF, tornando-o mais progressivo e redutor de desigualdades”. A

pasta ainda declara que o projeto prevê que “brasileiros do topo da pirâmide distributiva, que pagam proporcionalmente menos IRPF do que os que estão mais abaixo na pirâmide, passem a contribuir com sua justa parcela”.

Dessa forma, para o projeto ser implementado, é necessário o governo apresentar uma compensação orçamentária com a eventual redução na arrecadação. De acordo com Haddad, o desenho de como será implementada a compensação já está definido, mas aguarda autorização do Palácio do Planalto, ainda sem previsão para ser divulgado.

“Essa é uma reforma que nós queremos que tramite com a devida cautela e com a devida transparência”, disse Haddad.

Lula diz que Brasil pode taxar EUA, se assim fizer Trump

Ricardo Stuckert/PR

Por Gabriela Gallo

Em meio a taxações que o presidente dos Estados Unidos Donald Trump (partido Republicano) está impondo na importação de produtos de diversos países, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que, caso os EUA taxem o Brasil, o contrário também será feito. A declaração do presidente foi dada ao vivo, nesta quarta-feira (5), em entrevista coletiva a rádios de Minas Gerais.

“O mínimo de decência que merece um governo é utilizar a lei da reciprocidade. Na Organização Mundial do Comércio você tem uma permissão para taxar qualquer produto em até 35%. Para nós, o que seria interessante era os EUA baixar a taxa e nós baixarmos a taxa. Mas, se eles ou qualquer país aumentar a taxa do Brasil, nós iremos utilizar a reciprocidade e taxar eles também, ou seja, é simples e democrático”, declarou Lula.

Promessa de campanha de Trump, os Estados Unidos estão aplicando tarifas abrangentes a países que registraram um superávit comercial com os Estados Unidos – que é um saldo positivo na balança comercial, ou seja, países que estão vendendo mais produtos para os Estados Unidos do que estão comprando dos norte-americanos.

Taxação

Na última sexta-feira (31), Trump anunciou a taxa



Lula defendeu reciprocidade na relação com os EUA

de 10% para produtos chineses. Em resposta, o governo da China declarou que, a partir de segunda-feira (10), produtos oriundos dos Estados Unidos – carvão e gás natural liquefeito – terão uma tarifa adicional de 15%. Também foi anunciada uma tarifa adicional de 10% sobre petróleo, máquinas agrícolas, carros de grande cilindrada e caminhonetes.

O presidente norte-americano chegou a anunciar anteriormente uma taxa de 25% sobre importações de produtos do México e do Canadá, além de uma tarifa adicional de 10% sobre a energia canadense. Os países chegaram a um acordo e Trump decretou, nesta segunda-feira (3), que iria suspender a taxa de produtos dos

países vizinhos na América do Norte durante o período de um mês – mas após o período, produtos desses países voltariam a ter uma tarifa adicional.

Diante desse quadro, o governo brasileiro adotou um posicionamento semelhante à China, caso venha a ser taxado. Por enquanto, não há expectativas para o Brasil ser taxado já que, ao contrário da China, Canadá e México, o país registrou um déficit comercial – ou seja, o Brasil comprou mais do que vendeu aos norte-americanos.

Brics

Todavia, Donald Trump declarou que aplicará tarifas adicionais de 100% caso o bloco do Brics buscasse uma alternativa ao dólar para trocas co-

merciais.

O Brics é um bloco de cooperação formado por Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e outros países que, em conjunto, buscam alternativas para avançar no desenvolvimento socioeconômico e garantir o crescimento de suas economias.

Desde o ano passado, os países que englobam o bloco discutem a alternativa de adotarem uma moeda em comum para realizar o comércio em si, que não seja o dólar. Previsões do Fundo Monetário Internacional estimam que, em 2027, estes países serão responsáveis por 33,9% do PIB (Produto Interno Bruto) mundial, deixando para trás o G7 (grupo dos sete países mais desenvolvidos e industrializados do mundo), que cairá para 28,26%.

“Nenhum país, por mais importante que seja, pode brigar com todo mundo a todo tempo”, disse o presidente.

“Os Brics significam praticamente metade de população mundial, quase metade do comércio exterior do mundo. E nós [do Brics] temos o direito de discutir a criação de uma forma de comercialização que a gente não dependa só do dólar”, destacou Lula, durante a entrevista.

Questionado, Lula disse que espera manter uma boa relação diplomática com os Estados Unidos, mas completou que o país, com a política de Trump, está se isolando do restante do mundo. “Os Estados Unidos também precisam do mundo”, afirmou.